

Contra Mola que Resiste: análise ontológica do trabalho da assistente social em tempos de crise civilizatória (do capital)

Lélica Elis Pereira Lacerda*

RESUMO:

A crise capitalista se apresenta como crise civilizatória e caminha a passos largos na agudização da barbárie. No bojo da polarização da luta de classes, este artigo tem por objetivo debater os fundamentos ontológicos da competência profissional da assistente social vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Para tanto, apresentamos o estudo bibliográfico pautado na tradição marxista, notadamente Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009, 2011), Heller (2008) e Zetkin (2019). Analisaremos aqui a natureza do trabalho da assistente social na atualidade histórica em que a destrutividade capitalista coloca em xeque a vida humana e delinearemos o conceito de competência profissional pautada nos interesses da classe trabalhadora que, para além de uso de técnicas neutras, atua no sentido teórico-prático de enfrentamento a exploração e opressões humanas, enfrentando os estranhamentos humanos, contrapondo-se a barbárie capitalista com intervenções profissionais pautadas na racionalidade, cientificidade e solidariedade de classes.

Palavras-chave: crise do capital; crise civilizatória; exercício profissional da assistente social; fundamentos ontológicos; competência profissional.

* Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso no departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Políticas Sociais, UFMT, Cuiabá - MT, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6156-7823>. E-mail: lelicaelis@yahoo.com.br.

Counter Spring that Resists: ontological analysis of the social worker's practice in times of civilizational crisis (of capital)

ABSTRACT:

The capitalist crisis presents itself as a civilizational crisis and is rapidly advancing towards the exacerbation of barbarism. In the context of the polarization of class struggle, this article aims to discuss the ontological foundations of the professional competence of social workers linked to the interests of the working class. To this end, we present a bibliographic study based on the Marxist tradition, notably Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009, 2011), Heller (2008), and Zetkin (2019). Here, we will analyze the nature of the social worker's practice in the current historical context, where capitalist destructiveness challenges human life, and we will outline the concept of professional competence grounded in the interests of the working class, which, beyond the use of neutral techniques, operates in a theoretical-practical sense to confront human exploitation and oppression, addressing human estrangement, opposing capitalist barbarism with professional interventions based on criticism.

Keywords: crisis of capital; civilizational crisis; professional practice of the social worker; ontological foundations; professional competence.

Introdução

Vivemos o tempo histórico, conforme Mészáros (2009), em que toda força produtiva capitalista se torna destrutiva, um período em que o capital entra em crise estrutural que nos arrasta a uma crise civilizatória. Como já apontava o autor, estamos em plena barbárie, numa encruzilhada histórica em que o sóciometabolismo capitalista nos leva a extinção da humanidade por questões ambientais ou bélicas; o caminho alternativo a este é a construção da revolução socialista em que todos e todas as produtoras trabalhariam de forma livre e associada numa economia planificada que se pautasse nas necessidades humanas e ambientais e que evite o desperdício.

Nesta encruzilhada, o Serviço Social brasileiro tem lado: desde o movimento de intenção de ruptura, de meados da década de 1980, o Serviço Social se compromete com a desconstrução do conservadorismo da profissão e busca reconstituir-se vinculado ao projeto ético-político que aponta para a emancipação humana. A partir deste compromisso ético-político, a profissão precisa rever seu aparato teórico-metodológico e técnico-interventivo para consumir a intencionalidade de romper com o conservadorismo e, no atual contexto histórico, enfrentar a barbárie.

A esfera técnico-operativa é a que materializa o exercício profissional da assistente social e, por ser a concreticidade, é síntese de suas múltiplas determinações. Assim, primando por contribuir a dar efetividade ao projeto ético-político da assistente social no seu cotidiano profissional, este artigo tem por objetivo debater os fundamentos ontológicos da competência profissional da assistente social vinculada aos interesses da classe trabalhadora em tempos de crise estrutural do capital expressa como crise civilizatória. Para tanto, nos apoiaremos em estudo bibliográfico marxista, notadamente Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009, 2011), Heller (2008) e Zetkin (2019).

Enquanto atualização histórica de debates presentes na nossa tese de doutorado aos tempos de fascistização da sociedade, aqui nos ateremos a fazer dois grandes debates intitulados sob inspiração da música “Primavera Entre os Dentes”, de Secos e molhados: “Quem tem consciência para ter coragem”, em que abordamos a natureza da crise do capital, dos conflitos ideológicos que produz para tratar da natureza do trabalho da assistente social no bojo da crise civilizatória e enquanto trabalhadora assalariada. O segundo debate proposto em “Inventado a contramola que resiste”, é a defesa da competência profissional vinculada ao projeto ético-político de emancipação humana. Pautadas na concepção de Nosella (2005), para quem a competência técnica precisa ser direcionada pelo compromisso político, a competência profissional que defendemos realiza o encontro do sujeito com sua personalidade histórico-coletiva.

Quem Tem Consciência Para Ter Coragem

Tal como Marx (2004) analisa o operário da fábrica como apêndice da máquina fabril, é preciso perceber as assistentes sociais (tal como pedagogas, psicólogas, enfermeiras, etc) como apêndices da máquina burocrática do Estado burguês em posições inferiores desta burocracia, ocupando tarefas entorno da reprodução social capitalista.

Por meio de seu trabalho dá materialidade a serviços sociais que representam vitórias parciais da classe trabalhadora no acesso a meios de sobrevivência e, portanto, nos são imprescindíveis. Acesso de recursos materiais e espirituais, porém, limitados a reprodução das pessoas na mesma condição que chegaram: força de trabalho que, expropriada de todo meio de sobrevivência, vê-se na obrigação de se vender como mercadoria força de trabalho assalariada e explorada. Com um plus: seguir movimentando as engrenagens do capital conforme suas necessidades num contexto histórico em que este tipo de sociometabolismo põe em xeque a humanidade.

Condição de trabalho partilhada pelas assistentes sociais que são um tipo de trabalhadora da sociedade burguesa altamente complexa, demandadas pela capacidade física e mental de executar intervenções, enquanto braço estatal que interfere nas variáveis mais superficiais de reprodução da família trabalhadora, mantendo sua condição de assalariada. E a assistente social faz isso para também reproduzir a si e a sua família na condição de assalariada.

A profissão de assistente social se exerce por um contrato de trabalho em que o contratante requer um conjunto de tarefas de execução terminal de políticas sociais, tais como: elaborar, implementar, executar, planejar projetos, políticas sociais, benefícios; orientar grupos e indivíduos; promover estudos socioeconômicos de modo emitir pareceres, dentre outros.

Essas tarefas são materializadas por meio de instrumentais técnico-operativos que se adequam à finalidade do trabalho. Um parecer sobre uma situação de violação de direitos, por exemplo, envolve pesquisa dos autos para conhecer a história das pessoas em questão, visitas domiciliares e entrevistas para conhecer os fatos, estudos bibliográficos sobre o assunto, pesquisa jurídica entorno do tema, para, enfim, ter a elaboração de relatório e parecer, pautadas numa dimensão teórico-metodológica, vinculadas a uma perspectiva ético-política.

Importante destacar que, tal como o operário está alheio ao controle da máquina industrial porque ela está a serviço do lucro burguês, de modo, por exemplo, que hoje o petróleo produzido pela Petrobrás está sendo usado para movimentar a máquina de guerra em Gaza, a contragosto de seus trabalhadores; a assistente social atua, no bojo da reprodução social, com processos de trabalho alheios ao seu controle ou ao controle dos usuários porque estão a serviço da reprodução social capitalista.

Assim, os limites de resposta institucional das assistentes sociais é determinado pelo contexto da luta de classes e os limites que o Estado de caráter burguês (racista e patriarcal) tem condições de dar em determinado tempo histórico. Sob controle das personificações do capital, o trabalho da assistente social se desenrola implementando políticas sociais que lidam com as variáveis mais superficiais da reprodução da família trabalhadora sem tocar nas causas da exploração e opressão humana: a propriedade privada dos meios de produção.

São serviços e benefícios sociais que, com recursos do fundo público, sanam necessidades imediatas da classe trabalhadora assalariada repondo sua condição de sobrevivência por meio do assalariamento, o que requer que cada qual se reproduza por meio do consumo privado no bojo da família nuclear, viabilizando a reprodução da sociedade

mercantil. Serviços, cuja institucionalidade se orienta conforme o contexto da luta de classes: momentos em que a classe trabalhadora avança ela toma contornos mais progressistas e quando a classe trabalhadora retrocede, seu desenho ganha traços conservadores. Este é o cerne da base estranhada onde se desenrola o cotidiano profissional da assistente social enquanto trabalhadora assalariada (logo, estranhada).

Tratemos do atual contexto de crise do capital para, então, tratar do trabalho da assistente social.

Crise do Capital como Crise Civilizatória

Marx (2011) nos explica que o capital é um dinheiro que precisa ser investido para se ampliar, numa ampliação sem limites e denota que de tempos em tempos, de tão valorizado e sofrendo de suas contradições internas, o capital passa por dificuldades de encontrar investimentos lucrativos capazes de garantir a ampliação de lucros e passa por crises de superprodução; não de escassez. Por isso, as crises de superprodução são cíclicas e inerentes ao capital; tendendo a explodir após períodos de expansão do capital, já que quanto maior sua soma, maiores são suas dificuldades de se ampliar.

Para Mészáros (2009), porém, diferente das crises cíclicas que não deixaram de existir, vivenciamos também uma crise do capital diferenciada e perene, fruto de um período distinto ao que analisou Marx. Este analisou o capital num momento de emergência das relações capitalistas; hoje vivenciamos sua dinâmica de falência em que tudo o que lhe é produtivo se torna destrutivo e torna a destrutividade produtiva:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem as forças produtivas e meios de intercambio que, no marco das relações existentes, causa somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (MARX *apud* MESZÁROS, 2009, p. 191).

Mészáros (2009, 2011) argumenta que na atual fase decadente do capital, todo o seu potencial produtivo se torna destrutivo e que a destrutividade se torna produtiva: A inteligência artificial que poderia ser utilizada para resolver questões humanas tem sido utilizada para guerra, por exemplo. Isso porque a conexão dialética necessária entre produção-consumo-necessidade se perde e se impõe formas de consumo e produção destrutivas porque são pautadas em necessidades artificiais do capital que se sustentam por um profundo irracionalismo que passa a reger a vida coletiva sob os ditames do capital que incontrolavelmente precisa de mais lucros.

Por isso, acima das decisões humanas, o capital não tem nenhuma condição de respeitar qualquer limite de exploração ambiental ou humana. Esta destrutividade é despertada pela taxa decrescente de lucros do capital, fruto da tendência de queda da taxa de lucros que é consequência do aumento da produtividade do capital.

Por mais que o capital tenha se lançado de inúmeros mecanismos, as crises de superprodução sempre explodem e no fim da década de 1970, uma nova crise de superprodução ganha contornos ainda mais dramáticos porque a gana de lucro do capital já era maior do que aquilo que efetivamente podia ser produzido (por limitações ambientais e de produtividade). Então, explica Harvey (1992) que é no bojo da economia financeira que o capital passa a ser a encontrar medidas para burlar a crise de superprodução e impõe ao mundo o padrão de acumulação flexível.

Incapaz de fazer a economia crescer a ponto de suas necessidades de lucros, o crescimento da lucratividade se faz retrocedendo a condição de vida da classe trabalhadora. Isso porque a ampliação da taxa de mais-valia passa a estar centralmente associada a intensificação da exploração da classe trabalhadora tornando-a mercadoria força de trabalho barateada através do corte de direitos e achatamento de salários.

Degrada também as condições do Estado dar suporte a família trabalhadora, na medida em que o fundo público escoia diretamente ao capital via juros bancários. O sistema da dívida pública faz com que o fundo público um dia revertido em algum tipo de subsídio salarial pela oferta de serviços públicos, seja sugado pelos juros bancários, submetendo o fundo público a gana de lucros do setor bancário. Assim, se erige uma sociedade deformada em que bancos são mais importantes que escolas e hospitais e os lucros privados de meia dúzia de banqueiros internacionais são mais importantes que os direitos de povos inteiros, aconteça o que acontecer. E mesmo num contexto de empobrecimento da classe trabalhadora e do aumento da demanda de serviços públicos, a tendência de substituir serviços públicos por nichos de mercado privado se mantém.

A dívida pública cria a relação entre estados credores e devedores. Trata-se de uma conta impagável que passa a ser utilizada para dominação tanto econômica como política. Isso porque, diante do endividamento, são os grandes bancos que ditam os rumos fundamentais dos Estados-nação

Assim, na atualidade os juros bancários são mecanismo fundamental de imposição de ações neocoloniais do centro do capital a periferia do sistema. Harvey (2014) defende que a crise de 2008-9 irá colocar em xeque a hegemonia estadunidense no mundo e está decadência obriga os EUA abandonar a postura de defensores da liberdade e democracia que herdaram da II Guerra mundial na oposição ao nazismo.

Ao contrário, a partir do governo Bush, a extrema direita se articula entorno da radicalização de seu projeto de destruição de direitos e passa a praticar medidas ainda mais belicosas e autoritárias sobre o mundo, pautados num projeto econômico ultraliberal, sustentado por uma ideologia neoconservadora numa guinada autoritária do capital que reativa ações neocoloniais. É, portanto, da crise do capital como crise civilizatória que nasce o solo fértil a fascistização da sociedade, como também pode ser solo fértil a revoluções; tudo depende do nível de consciência e da luta de classes.

Crise do capital e consciência de classe

Zetkin (2019) nos explica que o fascismo nasce da crise econômica que coloca o capital a avançar sobre direitos da classe trabalhadora que leva milhares de trabalhadores a contextos de incertezas que radicalizam as insatisfações populares que clamam por uma radicalização política; mas também é crise da esquerda reformista que já não consegue responder aos interesses da classe trabalhadora radicalizada em suas necessidades por não a conduzir a ruptura revolucionária porque vislumbra a resolução de conflitos dentro da ordem capitalista.

Neste contexto, a socialdemocracia aparenta ser mais conservadora que a ultradireita que irá apresentar uma faceta política imediata de maior radicalidade e acaba arregimentando os mais radicalizados com suas insatisfações, muito embora seu projeto político sustente os interesses do grande capital de reforço das estruturas sistêmicas que geram os conflitos sociais. De Zetkin (2019), portanto, tiramos a lição de que a ultrapassagem dos conflitos da crise do capital em favor da classe trabalhadora requer que nossa classe retome a luta revolucionária como horizonte de sua organização e luta coletiva.

Se a dinâmica capitalista está pondo a vida humana em xeque, como podem os trabalhadores e trabalhadoras não estarem organizando a revolução? Lukács (2013) explica que estamos num contexto de imperialismo manipulatório em que os elementos de manipulação de Hitler estão incorporados. Em tempos de crise do capital em que o capital não tem nenhuma solução a dar aos trabalhadores, o que lhe sobra é a manipulação.

O medo do amanhã incerto torna milhares de mentes profundamente manipuláveis e o ressentimento oriundo da vida arrasada pela crise torna os indivíduos manipuláveis e a irracionalidade se impõe e imprime, como diz Lukács (2013), a lógica fascista de pisar em cabeças para não ser pisada.

Para tanto, os fascistas criam falsos inimigos para se direcionar o ódio e construir a unidade do “nós” que se opõe a este outro: nós (supremacia branca) e eles (negros e

indígenas); Nós (família tradicional) e eles (LGBT's e feministas), etc. De modo que essas falsas tensões ocupam o lugar que a relação capital-trabalho deveria ocupar.

É a partir do rebaixamento dos sentidos humanos pelo ódio que a ultradireita avança no mundo, ampliando a exploração humana na medida em que intensifica o caráter racista e patriarcal da sociedade para viabilizar a intensificação da exploração de classe. Portanto, a crise do capital coloca como tendência mundial a expansão do totalitarismo, fundamentada no fascismo e seu pacote: ódio, irracionalismo, anticientificismo e desideologização (Lukács, 2013).

Diante dos conflitos ambientais e humanos que dentro dos limites do capital só tendem a se intensificar, o fascismo é a ideologia do capitalismo caduco em suas contradições, justamente porque substitui o avanço científico pela irracionalidade e, desta forma, consegue retirar o capital do centro da explicação dos conflitos humanos, viabilizando que sejam repostas as mediações que estão levando a humanidade ao colapso. Por exemplo, no lugar da revolução ecossocialista como solução ao colapso climático, coloca-se a proposta do capitalismo verde que nega as constatações científicas do colapso ambiental como produto necessário das relações mercantis.

Neste processo de repor as mediações que estão levando à extinção da humanidade, torna-se necessário eliminar a crítica ao capital da ciência, da política, da cultura, da ideologia, etc. Para tanto, o autor fala do processo de “desideologização” que nega o próprio fascismo enquanto ideologia, bem como há rejeição de toda ideologia “[...] Os homens singulares devem agir de modo ‘puramente racional’ [...] (Lukács, 2013, p. 793).

Assim, no projeto inconstitucional do “Escola sem partido” foi defendido, por exemplo, que não se poderia discutir feminismo, LGBTfobia ou promover educação sexual nas escolas, sob pretexto de se tratar de ideologias; não era considerado como ideologia, porém, a naturalização do patriarcado, dos papéis de gênero e a violência física e sexual impetrada contra mulheres e LGBTs.

Conforme Lukács (2013), os EUA em relação a Hitler exercem uma manipulação mais refinada e mais intensa em que o indivíduo acha que está pensando de forma autônoma, mas há alguém pensando por ele. Se o autor falava da manipulação fascista desde a interioridade humana produzindo-lhes as vontades, as redes sociais levam a manipulação da forma de pensar, rebaixando a capacidade cognitiva e contaminam as mentes com fake news que distorcem a percepção do real.

Na ânsia de pensar de forma autônoma para ser livre, não percebem que, com o surgimento da ideologia “desideologizada”, cumpre-se com tudo o que compensa às elites (e que, enquanto classe trabalhadora, explora-o e oprime) sendo dominado desde

sua forma de pensar enquanto se cria a aparência de que se tem a liberdade (individual) plenamente realizada ao “pisar em cabeças para não ser pisado”.

Nem assistentes sociais, nem usuários escapam dessa dinâmica manipulatória. Muitas podem ser contaminadas pelo ódio aderindo a criminalização da pobreza, a higienização social, ao modelo manicomial de saúde mental, etc. outras podem ser tomadas pelo anticientificismo e cair em métodos não científicos de atendimento (como a constelação familiar, ou a negação da eficiência de vacinas, etc.).

A Assistente Social Enquanto Trabalhadora Assalariada no Bojo da Crise Civilizatória

O primeiro aspecto que queremos desvelar da natureza do trabalho da assistente social é de que maneira particular a assistente social é uma trabalhadora assalariada em tempos de decadência do capital expressa em crise civilizatória – quando a mercantilização da vida está destruindo a vida.

O assalariamento pressupõe a troca mercantil, em que tudo o que pode ter valor de uso, assume valor de troca que se sobrepõe. Nesta perspectiva, seres humanos são desprovidos de meios de produção e obrigados a se vender sua força de trabalho, tornando-se mercadoria; a natureza é mercantilizada e possuída por aqueles que, de outro lado, detém os meios de produção na condição de propriedade privada de burocratas que impõem a relação de troca via dinheiro como meio de adquirir mercadorias para sanar as diversas necessidades humanas (desde que deem lucro ao capital).

Uma vez que as necessidades são supridas por bens e serviços comprados no mercado via dinheiro, a troca não se dá mediada pela solidariedade humana, mas pelas necessidades e vantagens individuais. É neste sentido que se dá a divisão do trabalho no marco do capital, na qual as pessoas se tornam em alguma medida comerciantes que precisam tirar vantagens individuais nas relações mercantis. Nessas relações mediadas pelo dinheiro, o motivo que conduz os trabalhadores a prestarem seus serviços ao outro é o interesse próprio de sobreviver (Marx, 2004).

Quando a relação mercantil permeia toda forma de atividade humana, tais relações contaminam os sentidos humanos pelos sentidos do ter, em que o trabalho se torna um meio de vida para dar acesso ao consumo e a finalidade da vida, consumir.

No caso da assistente social, a aparta de quem recai seu trabalho - o usuários e usuárias, que pela burocracia estatal fascista passam a ser vistas como disfuncionais e criminalizadas; e dos seus meios de trabalho - mecanismos institucionais com os quais responde a “questão social”, que estão num contaxto ultraliberal de desinvestimento.

Tais estranhamentos têm expressões agudas no contexto do trabalho da assistente social brasileira porque, no bojo da sociabilidade capitalista dependente (Fernandes,

2005; Marini, 2005), lidamos com agudas expressões da questão social, através de anêmicadas políticas sociais, suprindo as necessidades imediatas de forma insuficiente, materializando direitos precários que reproduzem o trabalhador em posição cada vez mais espoliada (por mais que o profissional se empenhe), na medida em que a crise se aprofunda e os meios institucionais de resposta se precarizam.

Cada criança que atendemos mas ainda assim padece numa vida indigna, cada mulher que atendemos e ainda assim sofre de fome e violência, etc. expressa o nosso estranhamento do produto do trabalho e revela que estamos estranhadas dos nossos próprios meios de trabalho.

Se é por meio da alienação¹ do trabalho que o trabalhador expressa sua subjetividade, sob um trabalho estruturalmente organizado para fins antagônicos aos dos trabalhadores, esta expressão da subjetividade é interdita ou desfigurada, avessa à subjetividade do trabalhador, numa autorrealização desrealizante, tendendo à deformação das capacidades humanas, em virtude da artificialidade da necessidade e das respostas institucionais imposta aos trabalhadores pela estrutura das políticas sociais no marco do capital.

Ainda que trabalhe com gestão ou orçamento, a assistente social faz parte do mais baixo escalão da burocracia estatal dos executores de políticas sociais (ou setores que as executa em nome do Estado) porque as questões mais relevantes entorno delas são decididas, nas palavras de Mészáros (2009), pelas personificações do capital: são secretários, ministros, legisladores, etc. quem vão delinear os orçamentos, o público e o tipo de ação a ser desempenhada.

No caso da política social no bojo do capitalismo, é demandada para sanar necessidades da classe trabalhadora dentro de mecanismos coesivos em torno do projeto burguês; medida alternativa e complementar ao uso da força, fruto da alta complexificação das relações sociais da ordem burguesa madura.

A assistente social atua nas políticas sociais num ponto de conexão entre econômico e ideológico, material e espiritual: em última instância, dirime conflitos de classe satisfazendo necessidades do trabalhador repondo a venda da força de trabalho e o consumo privado de mercadorias como forma de vida social naturalizando e viabilizando a forma econômica centrada na produção de mais-valia para ampliação do capital.

A complexificação da base econômica e das dos conflitos na (re)produção social dos monopólios cria a necessidade de formar profissionais com habilidades para lidar com as refrações da “questão social”; entretanto, as coloca na “gaiola de ferro” do aparato burocrático burguês, cuja natureza aprisiona tais habilidades nos limites da gestão da

barbárie social, sob a reificação do ter e da moral mercantil de que tudo deve ser venal, inclusive os direitos sociais (mata-se a fome do corpo com cartão do bolsa família em vez de reforma agrária, por exemplo), em tempos de naturalização da barbárie que esmaga seres humanos e a natureza .

Esta forma de vivenciar os direitos em tempos de hegemonia do capital financeiro leva o trabalhador a acreditar que expressa sua genuína personalidade produzindo e comprando mercadorias, sendo que as coisas que ganham o poder de expressar a vida. É pelo ter que somos valorados na sociedade mercantil (Lukács, 2013). Aqui a questão não é só a exaltação da mercadoria, mas o prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador e a confusão deste prestígio com satisfação humana. Destarte, aburguesaram-se as mentes, fizeram amar o mercado e todo seu conjunto de mercadorias cooptando mentes e corações, inclusive de lideranças políticas e boa parte da burocracia sindical e estatal (Lukács, 2013)

Por este fetiche do capital, a luta dos trabalhadores em geral é muito facilmente arrefecida e cooptada pela oferta de migalhas que oportunizem maior possibilidade de ter. No setor público, onde as migalhas (cargos, gratificações, etc) não saem do bolso privado do patrão, tais ofertas são ainda mais recorrentes por meio das quais se substitui a luta coletiva por direitos, por relações autoritárias de paternalismo, coronelismo, etc; tanto na relação dos trabalhadores executores com seus empregadores, quanto dos usuários com o Estado.

O fetiche do capital, assim, amesquinha a consciências e a centra a vida no plano individual do consumo mercantil, diferentemente do que Hegel pensava. Este afirmava que o Estado abriria a passagem do reino da necessidade ao da liberdade por racionalizar os conflitos sociais mediante uma burocracia estatal que se constituiria enquanto classe universal, justamente por incorporar um suposto sentido universalizante estando alheias aos interesses particulares (Souza, 2010).

A diferenciação das condições objetivas faz com que, em geral, trabalhadores dos serviços sociais e a população usuária não se identifiquem humanamente, nem enquanto classe social.

Hegemonicamente, os usuários veem na burocracia estatal que os atende o braço coercitivo do Estado que lhes impõe serviços e benefícios para a satisfação de suas necessidades de forma alheia e hostil a seu reais interesses. Sem compreenderem que os limites do atendimento são próprios do Estado burguês e sem entender o motivo da queda da qualidade dos serviços relacionado ao parasitismo dos bancos, são médicas, enfermeiras, assistentes sociais, etc que têm sofrido ataques da população insatisfeita. E

educar a sociedade sobre os efeitos do desfinanciamento neoliberal de políticas sociais é fundamental para que os insatisfeitos destinem sua insatisfação aos alvos certos e que se solidarizem com os servidores públicos que têm travado lutas diárias contra a precarização dos serviços públicos

No senso comum dos profissionais, por sua vez, o incapaz de sanar suas necessidades via mercado é um ser fracassado. E diante das adversidades da execução de políticas sociais precárias e alheias ao controle dos trabalhadores, a tendência é que a cada intervenção não exitosa a profissional se endureça para sobreviver psicologicamente, tendendo à indiferença que expressa sua desesperança; ou, em tempos de criminalização da pobreza e fascistização da vida, as profissionais podem sentir realização em exercer o papel de braço coercitivo do Estado, materializando o ódio fascista contra segmentos discriminados da classe trabalhadora.

Não se deixar embrutecer requer um constante processo de luta contra o estranhamento, que em geral leva sofrimento para a profissional envolvida – primeiro porque trata-se de um exercício de evitar a indiferença às desumanidades que acompanha; depois porque sua postura tende a ser contra-hegemônica e conflitante com a equipe que tende a atuar pautada no senso comum fascistizado e contaminado por anticientificismo e irracionalismo tão generalizados que às vezes nos faz duvidar de nossos conhecimentos e posicionamentos; além de se tratar de uma posição conflitante com a instituição empregadora que prima pelos interesses do capital em crise estrutural.

O estranhamento humano, portanto, não se refere à brutalização das subjetividades, como algo meramente subjetivo. Ele é, antes, expressão da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas e é resultado da exteriorização da subjetividade humana numa atividade estranhada.

A contradição dialética entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade, ou seja, o estranhamento, jamais abrange inteiramente a totalidade do ser social. Caso os estranhamentos fossem absolutos na relação assalariada, não seria possível fazer a defesa do exercício profissional vinculado ao projeto ético-político emancipatório. Buscamos assinalar que a relação venal do mercado substitui as necessidades humanas genuínas pelas artificialidades do mercado e que isto rebaixa os sentidos humanos, mas não é um processo absoluto.

Inventando a Contramola que Resiste

Enfrentar os estranhamentos requer um movimento consciente (intelectual e prático que parte de cada indivíduo, mas ganha forças na coletividade) de apreendê-lo criticamente. Assim, a atuação cotidiana das assistentes sociais que enfrente os estranhamentos humanos requer que, na esfera técnico-interventiva, se materialize ações pautadas numa dimensão teórico-metodológica calcada na cientificidade capaz de desnaturalizar a dinâmica da exploração econômica do capital e ter ciente que essa posição científica também é uma posição ético-política comprometida com a emancipação humana. Não existe neutralidade.

Assim, conhecer as causalidades coerentemente captadas pela subjetividade é fundamental para que se possa por em movimento as causalidades mais coerentes para conduzir o trabalho ao seu objetivo. Conforme Lukács (2013), todo trabalho humano contém em si uma pré-idealização (um telos) direcionada à satisfação de uma necessidade, feita a partir do conhecimento das condições objetivas (as causalidades) que funcionam de forma independente da vontade humana.

Segundo o autor, existem dois tipos de pores teleológicos: os que recaem sobre causalidades naturais, constituindo-se pores teleológicos de primeira ordem; e pores teleológicos mais complexos, que recaem sobre o telos de outros indivíduos, sendo pores teleológicos de segunda ordem. Neste situamos o trabalho da assistente social.

Se no setor industrial o valor de uso é concretizado pela transformação da natureza que possui causalidades estáveis, torna-se possível a padronização do processo de trabalho em que o trabalhador ou trabalhadora são meros apêndices da máquina, gerando produtos que podem ser produzidos e estocados para posterior consumo, sanando necessidades humanas na medida em que realizam mais-valia; no trabalho da assistente social, no bojo dos serviços sociais, existe uma maior complexidade, já que lidamos com causalidades postas que configuram uma estrutura social em que as demandas e as possibilidades de resposta profissional são moldadas e que, por serem históricas, não são causalidades estáticas porque estão em constante produção e reprodução.

Se o projeto de um barco se dá na manipulação de barras de aço que em milhares de anos manterá a mesma dinâmica, um Plano individual de Atendimento de uma assistente social sobre uma família trabalhadora requer constante mudança: por exemplo, um adolescente, cuja melhor forma de proteção numa semana é matriculá-lo na escola X, na outra semana pode ser retirá-lo de lá por sofrer lá uma ameaça de morte. Este simples exemplo demonstra que, diante de causalidades tão dinâmicas, não existe forma de

padronizar o processo de trabalho, muito embora estejam sendo aplicadas técnicas de gestão do trabalho que o vislumbram.

Viabilizamos o complexo trabalho de atuar nas refrações da “questão social”, lidando com necessidades de reprodução da classe social trabalhadora, notadamente os segmentos mais subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas da sociedade (Carvalho, 2001).

Diferente do setor industrial em que o valor de uso é produzido e estocado para então chegar ao consumidor; no setor de serviços, o valor de uso das profissionais se materializa na própria intervenção da profissional junto ao usuário: o benefício viabilizado, a orientação social realizada, etc.

Perceber a fome e acionar um benefício, identificar violência e acionar providências jurídicas etc., são apreensões e manipulação dos acontecimentos que podem se dar exclusivamente a partir de sua forma fenomênica, ignorando totalmente a processualidade histórica que o engendrou, naturalizando as relações da sociabilidade capitalista, conforme requer o capital. Basta a assistente social manipular as variáveis mais superficiais das sequelas da “questão social” sem romper com a análise imediata. Enquanto à classe trabalhadora sedenta de emancipação, a análise crítica radical é imperiosa, posto que se passa a perceber nexos históricos invisíveis na superficialidade dos fenômenos sociais.

Explica Lukács (2013) que o mundo fenomênico é a realidade no seu ser-propriadamente-assim, é o fundamento imediatamente real dos pores teleológicos sem que estes – em consequência de um embasamento numa aparência que não corresponde à realidade – tivessem de suprimir a si mesmos por estarem pondo algo irreal. Pelo contrário,

[...] a constituição desse mundo fenomênico é o fundamento imediatamente real de todos aqueles pores, nos quais a reprodução de todo sistema econômico é capaz de se conservar e continuar crescendo. Também nesse caso, só a investigação ontológico-genética da essência pode trazer à tona, como já pudemos observar na análise do trabalho, constituir um fundamento sólido para os pores teleológicos da práxis capitalista cotidiana (Lukács, 2013, p. 380).

A partir da compreensão desta base concreta se torna possível a superação da psicologização da “questão social” (Netto, 2007) para orientar a execução do trabalho às causalidades que dizem respeito à construção histórica da expressão da “questão social” que se quer incidir. O nexos fundamental da consecução do trabalho para perseguir o dever-ser estabelecido consiste a relação “se... então...” do trabalho na satisfação de necessidades (Lukács, 2013), o que depende da forma como se apreende a conexão dos nexos causais.

Em toda práxis existe, portanto, uma necessária conexão dialética entre teleologia, causalidade e necessidade e a forma como se apreende a necessidade molda a construção da intervenção. Sendo a necessidade uma relação entre “se, então...”, por exemplo, se se naturaliza a violência contra mulheres, o estupro é resultado da mulher estar com a roupa errada, na hora errada; então, a intervenção profissional será no sentido de orientá-la sobre o que ela deve ou não fazer, sendo responsabilizada, reeducada e reenquadrada aos moldes patriarcais; já se se percebe as determinações sistêmicas do patriarcado na configuração das violências, então a intervenção se dá no sentido de contribuir para que a mulher perceba a violência que ela sofreu como parte de um sistema que oprime mulheres e contra a qual nos cabe levantar coletivamente para buscar justiça e reparação.

Apreender as refrações da “questão social” no bojo da historicidade permite ultrapassar sua psicologização e orientar as respostas profissionais no sentido da desnaturalização (na consciência da assistente social para que busque a consciência da sua equipe e da família trabalhadora) para o enfrentamento da exploração e opressões. Evidente, porém, que será um movimento, na condição de profissional, que irá se materializar na manipulação de políticas sociais que não permite sua superação, em virtude da natureza que as políticas sociais assumem no bojo da sociabilidade capitalista.

Não podemos colocar no nosso exercício profissional a tarefa de transformação social, mas esta não nos está alheia. Ao se falar em competência técnica, tem-se a impressão de uma categoria universal, acima dos interesses de classe; quando, ao contrário, conforme argumenta Nosella (2005), a competência ou incompetência são qualificações atribuídas em uma visão de cultura historicamente determinada, permeada pela luta de classes e os interesses antagônicos. Por isso, para nós, a dimensão técnico-operativa é a que mais se aproxima do concreto e, portanto, a síntese de múltiplas determinações e é perpassada pela luta de classe e os interesses antagônicos existentes na sociedade.

Não existe neutralidade nas ações profissionais da assistente social no bojo das políticas sociais, as quais são suscitadas pela luta da classe trabalhadora e viabilizadas pelo Estado burguês: ou se realiza valores positivos e emancipatórios, ou se materializa valores negativos e opressores. Estamos falando aqui das implicações ético-políticas do trabalho.

Lukács (2013) evidenciará que o trabalho, enquanto categoria fundante, funda a totalidade do ser social, incluindo a liberdade, portanto, a dimensão ética. Explica o autor que complexificação da sociabilidade humana, fruto do desenvolvimento produtivo pelo próprio trabalho, constrói meios sociais de sanar necessidades cada vez mais complexas.

Este processo funda número cada vez maior de alternativas para a satisfação de necessidades. Esta é a base concreta da liberdade.

A escolha entre alternativas denota que o desenvolvimento das forças produtivas foi criando múltiplas e complexas formas de sanar necessidades, ampliando as possibilidades concretas de escolha entre alternativas, fundando pelas mãos humanas a própria liberdade. Porém, não são escolhas plenamente livres, porque as alternativas são fruto das condições concretas e respeitam os limites e possibilidades históricas.

Estamos num contexto em que a reversão neocolonial e o neoliberalismo estão colapsando as políticas sociais previstas ao povo brasileiro na Constituição de 1988 (e não só no Brasil). Vivemos um contexto em que a crise capitalista se expressa como crise civilizatória e, por isso, a irracionalidade e o anticientificismo tomam conta do debate público; e o ódio e a barbárie estão hegemonizando a dimensão ética da sociabilidade. É esta objetividade que desafia o trabalho da assistente social na contemporaneidade.

A objetividade não pode ser descartada, mas aqui se trata de reconhecer que sempre existem alternativas e que a escolha por elas materializada pelo trabalho dá vida a valores que se desdobram e repercutem na construção de uma sociabilidade.

O que leva a profissional a escolher entre uma alternativa ou outra é o tipo de valor que fundamenta a decisão, pautada na forma como a profissional interpreta a realidade. A escolha é expressa na ação que materializa concretamente os valores positivos ou negativos. Por isso, em tempos de ascensão fascista, mais do que nunca buscar o pensamento científico e optar por construir alternativas que expressem valores emancipatórios se torna premente e isso requer o esforço pautar as questões entorno do exercício profissional com racionalidade e cientificidade, demandando permanente formação profissional e envolvimento em vivências de sensibilização humana e construção de laços solidários (através de práxis políticas, artísticas, culturais, etc.)

Por mais que o contexto institucional molde as ações profissionais pela “gaiola de ferro” da institucionalidade (Netto, 2007), a assistente social sempre possui um elemento de possibilidade – o conteúdo individual e social destas e as direções nas quais podem ser resolvidas as questões que estão presentes.

Na filosofia da práxis, portanto, os valores éticos não são entes abstratos. O valor se relaciona ao objetivo traçado pelo dever-ser que é embuído de valores determinados pela objetividade: se uma mulher trans bate a porta da assistente social e a profissional se nega a atender pelo nome social, então o direito a diversidade sexual estará sendo violado; se ela respeita o nome social, o direito está assegurado. Conforme Heller (2008), o valor é tudo aquilo que contribui para o enriquecimento dos componentes da essência

humana; o desvalor, ao contrário, é aquilo que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado. Valor é, portanto, uma categoria ontológico-social, algo objetivo.

Uma ação profissional competente sob o ponto de vista da classe trabalhadora só pode ser aquela que materialize valores emancipatórios de justiça, igualdade, cidadania, respeito aos direitos humanos, etc., “uma escolha é tanto mais valiosa – em sua totalidade – quanto mais valores permite realizar e quanto mais intensa e rica é a relativa esfera de possibilidade” (Heller, 2008, p. 25).

Por isso, o exercício profissional competente sob o ponto de vista da classe trabalhadora é aquele vinculado à emancipação humana; que busca estabelecer as posturas profissionais que permita a vivência da maior gama de valores emancipatórios, da forma mais intensa, múltipla e rica possível.

Nosella (2005) compara o compromisso político à imagem do horizonte que, ao mesmo tempo, transcende e consubstancia de significação cada passo do caminhante. O compromisso político, para o autor, precede e acompanha a orientação concreta que subsidia toda técnica.

Reconhecemos que não lidamos com as causalidades mais relevantes que tornem possível a concretização plena da emancipação humana (o que depende de uma revolução social promovida pela classe trabalhadora). Porém, isso não significa que devemos abandonar nosso projeto profissional emancipatório, porque a não realização plena destes valores não implica que eles se tornem irrelevantes ou irrealizáveis parcialmente. Em verdade, não existe a realização (ou não realização) plena e absoluta dos valores. A realidade é bem mais complexa que este tipo de pensamento absoluto. E são tempos de reconhecer que quanto mais a barbárie avança, mais fundamental se torna defender valores ético-políticos emancipatórios.

Perceber a contradição permite reconhecer que, como assistentes sociais, lidamos com questões que não somos capazes de transformar, mas isso não significa que nossas intervenções são irrelevantes: dar parecer sobre guarda de filhos, internação psiquiátrica, colocação da criança em família substituta, etc. são algumas das demandas recorrentes à assistente social e possuem profundos impactos na vida dos sujeitos que atendemos.

Existe, portanto, uma esfera de autonomia profissional relativa a ser exercitada. Quando afirmamos isso, no entanto, não estamos dizendo que esta autonomia permita a assistente social que sozinha, no uso de técnicas milagrosas, possa resolver as sequelas da “questão social” que incidem no trabalhador que ela atende; tampouco estamos afirmando que basta o “empoderamento” individual da assistente social para que ela

empreenda (sozinha) ações emancipatórias no bojo das políticas sociais. Esta é uma visão burguesa do conceito de autonomia que aparta o indivíduo de suas relações sociais, uma construção necessária ao capital no seu desenvolvimento histórico.

Segundo Mészáros (2016), Marx maduro analisa a relação entre o indivíduo e seu ambiente social. Ele conclui que o estranhamento só pode ser transcendido quando os indivíduos se reproduzem como singulares, mas singulares sociais. Ser capaz de fazer algo por meio da autonomia implica “o outro”. Assim, falar em autonomia humanamente significativa não se difere de falar da reciprocidade social, na qual os indivíduos envolvidos uns com os outros mutuamente se adaptam às condições de intercâmbio dadas e, ao mesmo tempo, mantêm capacidade de tomar novas iniciativas.

Falamos aqui do exercício profissional conectado à emancipação humana, que na atualidade precisa se contrapor de forma teórico-prática a extinção humana; falamos de posturas profissionais que busquem enfrentar os estranhamentos (ódio, individualismo, manipulações, fake news); falamos, portanto, da “autêntica objetivação” que se conecta às genuínas necessidades humanas.

Ou seja, uma subjetividade que busca realizar suas genuínas necessidades harmonizadas com a legítima necessidade da coletividade, o que pressupõe a superação do capital (racista e patriarcal). A proposição segundo a qual um reflexo estranhado da autoalienação não é autoconsciência, mas autoconsciência estranhada implica sua extrapolação: um reflexo verdadeiro do autoestranhamento, ainda que verdadeiro, não é a autoconsciência emancipada, mas a verdadeira autoconsciência de um ser em estado de estranhamento – a negação da negação (Mészáros, 2016). Toas nós somos racistas, machistas, LGBTfóbicas, capacitistas e a execução do exercício profissional dentro do projeto ético-político vigente, requer uma consciência que prime pela sua apreensão crítica.

A prática emancipatória expressa em suas escolhas, portanto, o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, mas não basta apenas o compromisso subjetivo. A luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anticapacitista precisa se materializar na construção de intervenções técnico-operativas. Pautadas em Tonet (2005) afirmamos que a profissional precisa se apropriar do que há de mais avançado em termos de saber e técnica produzidos na área em que está atuando; tendo em mente, porém, que nenhuma técnica é neutra e nosso compromisso profissional está em construir intervenções que apontem à emancipação humana.

A questão é qual compromisso ético-político e qual aparato teórico-metodológico é utilizado para balizar as escolhas e a construção das alternativas profissionais cotidianas.

O tipo de instrumental dependerá do tipo de necessidade apresentada pelo usuário e da leitura que a profissional faz dela.

Se, por exemplo, a decisão de fechar um serviço é vista como questão administrativa, basta enviar um ofício; mas se for tratada como uma questão que diz respeito aos cidadãos do bairro, então é necessário chamar uma assembleia. A disputa de como gerir as refrações da “questão social”, em última instância disputa a forma como se concebe a gestão da vida coletiva. As genuínas causas do mal-estar civilizatório estão na dinâmica do capital e assim precisam ser compreendidas.

A única forma de conduzir o mal-estar à emancipação humana consiste em conseguir levar o debate à racionalidade e demonstrar aos trabalhadores a real conexão entre suas penúrias e a dinâmica do capital. Discutir a realidade social a partir do cotidiano dos serviços sociais e das necessidades concretas dos trabalhadores e mostrar que elas deixam de ser supridas em nome dos interesses do capital é um caminho potencial.

Se os usuários e os profissionais dos serviços sociais não são capazes de construir a emancipação humana, tampouco a cena política esvaziada da solidariedade de classes destes sujeitos será capaz de levar a transformações mais profundas. Este é o limitado, mas não irrelevante, espaço de autonomia profissional relativa da assistente social, o espaço em que sua habilidade profissional de identificar necessidades e acionar os mais coerentes aparatos institucionais pode trazer saltos qualitativos de atendimento. Como também de denunciar das razões dos serviços não funcionarem aquém do que precisamos ou de estar colocado para funcionar de forma distinta ao que necessita a classe trabalhadora (como por exemplo, os presídios, manicômios e residências terapêuticas).

Este caminho proposto é de extrema complexidade e potencialidade porque se refere a sair da esfera fragmentada das refrações da “questão social” para chegar a críticas totalizantes da crítica ao capital. Em vez da individualização dos “problemas sociais” e a psicologização da “questão social”(Netto, 2007), ler os conflitos pela ótica da luta de classes (estruturada pelas relações de raça e gênero) para construir ações de solidariedade de classes como alternativa ao ódio fascista; ante a fragmentação que o Estado burguês promove na apreensão e lida com a “questão social”, é preciso fazer o movimento contrário de apreender os fatos em totalidade bem como conhecer e articular a rede de serviços, reconhecendo a natureza de intervenção de cada um, as competências e responsabilidades.

Aí entra outro aspecto ressaltado por Tonet (2005): a observância da natureza da política na qual se atua. A natureza da necessidade atendida pelo serviço determina a natureza da resposta que é demandada do profissional e a confusão entorno da nature-

za da “questão social” em tela e da política social que se aciona pode tornar o trabalho inócuo. Por exemplo, muitas assistentes sociais nos CRAS buscam ações de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes, orientações sociais, etc. porque concebem o desemprego como fruto do despreparo do trabalhador. Mal sabe ela que o Banco Central baixar os juros e tornar o setor produtivo mais compensatório que o financeiro gera muito mais empregabilidade do que mil cursos. Portanto, a compreensão da natureza da necessidade determina também o tipo de intervenção, fazendo com que alguma das dimensões preponderem sobre outras.

Considerações Finais

O presente trabalho trouxe reflexão, a partir de categorias analíticas marxistas, sobre a natureza do trabalho da assistente social no bojo da execução terminal de políticas sociais, buscando delinear como compreendemos o princípio de competência profissional vinculada aos interesses da classe trabalhadora num contexto em que a crise capitalista se expressa como crise civilizatória.

Em tempos de irracionalismo e anticientificismo, destacamos a importância de aparato teórico-metodológico pautado na cientificidade para que permita à profissional apreender os fenômenos que constituem o cotidiano de seu trabalho na historicidade, único meio de burlar as manipulações imperialistas e dar vida ao compromisso ético-político emancipatório nas respostas cotidianas construídas a partir de aparato técnico-interventivo.

Sem o reconhecimento da dinâmica exploratória e opressora do capitalismo e sua atual fase de destrutividade, o exercício profissional tende à perspectiva policlesca da psicologização da “questão social”. A apreensão crítica destes processos torna possível enfrentar de forma teórico-prática a exploração, as opressões e os estranhamentos, mas não é suficiente em si, pois demanda a construção de ações – a colocação de causalidades consequentes. Apenas este enfrentamento teórico-prático viabiliza a consecução de valores positivos no cotidiano do exercício profissional da assistente social. Por isso, a competência profissional que defendemos é aquela em que se realiza o encontro do sujeito com sua personalidade histórico-coletiva (crítica ao fetiche da mercadoria, ao racismo, patriarcado e capacitismo) nas suas escolhas profissionais cotidianas.

Referências

CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MÉZSÁROS, I. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉZSÁROS, I. *Para Além do Capital: por uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MÉZSÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência*. São Paulo, Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo, Cortez, 2007.

NOSELLA, P. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 223-238, 2005.

SOUZA, J. M. A. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, jan./mar. 2010.

TONET, I. *Educação, cidadania e Emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ZETKIN, C. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária & Editora Usina, 2019.

Nota

- 1 Lukács (2013) entende por alienação a capacidade única do trabalho de expressar a subjetividade humana.

Recebido em: 27 de agosto de 2025
Aprovado em: 25 de novembro de 2025